

# **Fase actual da crise da dívida na Europa e contexto internacional**

Eric Toussaint

[www.cadtm.org](http://www.cadtm.org)

18 dezembro 2011

**Formação IAC - CADTM**

**Lisboa**

# A zona euro: epicentro da crise

- Porque é a UE mais afectada do que os EUA, onde a crise começou
- Relações centro/periferia na UE
- Política neomercantilista da Alemanha, dos Países Baixos e da Áustria

- As economias fracas da zona euro que sofrem um défice comercial em relação aos países mais fortes (Alemanha, França, Países Baixos, Áustria...) não podem jogar com a taxa de câmbio a fim de aumentar as suas exportações.
- Para os países periféricos, a participação na zona euro transformou-se numa camisa de forças.
- Por isso a hipótese de saída da zona euro faz parte do debate sobre a saída da crise.

# Porque é a UE mais afectada do que os EUA, onde a crise começou (cont.)

- O Banco Central Europeu e os bancos nacionais da zona euro estão proibidos de financiar directamente os Estados
- Em setembro de 2011, a FED detinha pouco mais de 1700 mil milhões de dólares em títulos da dívida pública (*Treasury bonds*) comprados ao Tesouro, dos quais 900 mil milhões desde a falência de Lehman Brothers em setembro 2008.
- O Banco de Inglaterra também compra títulos do tesouro britânicos

# Porque é a UE mais afectada do que os EUA, onde a crise começou (cont.)

- O orçamento da UE é minúsculo e as transferências fiscais a favor das economias mais fracas é muito limitada.
- Se nos EUA as transferências do orçamento federal para os estados-membros fossem tão fracas como na UE, uma dezena de estados estaria na mesma situação que a Grécia e Portugal:
- A Virgínia, a Maryland, o Novo México, a Florida, o Mississippi...

# Porque é a UE mais afectada do que os EUA, onde a crise começou (cont.)

- Uma grande parte da dívida pública dos EUA é federal, é a dívida da União, e é reembolsada pelo orçamento federal.
- Como vimos, o Fed detém uma parte.
- A China detém cerca de 1300 mil milhões de dólares em títulos do tesouro
- Os EUA reembolsam com cédulas que imprimem e uma moeda que deixam desvalorizar
- A descida da notação AAA não produziu uma alta de custos, antes pelo contrário!

- Juros a 10 anos em 2 dezembro 2011 no mercado de obrigações da zona euro

• Alemanha	2,09%
• Países Baixos	2,51%
• Finlândia	2,72%
• França	3,29%
• Áustria	3,51%
• Bélgica	4,70%
• Espanha	5,76%
• Itália	7,08%
• Irlanda	9,19%
• Portugal	14,46%
• Grécia	37,48%

# Títulos gregos a 10 anos

- Vejamos um exemplo concreto: suponhamos que um banco comprou títulos gregos com o valor unitário de 1000 euros, em março 2010, à taxa de juro de 6,25%. O banco receberá todos os anos uma renda de 62,5 euros (ou seja 6,25% de 1000 euros) por cada título: diz-se que um título dá direito a um cupão de 62,5 euros. Dois anos mais tarde, os títulos emitidos a 10 anos para a Grécia em março 2010 passam a ser considerados de alto risco



# Títulos gregos no mercado secundário

- Se a taxa for de 37,48% (ver tabela mais acima), os fundos especulativos e outros fundos oportunistas que se habilitam a comprar títulos gregos emitidos em março 2010 querem um rendimento de 37,48%. Se comprarem títulos que rendem 62,5 euros, é necessário que essa soma corresponda a 37,48% do preço de compra, ou seja 167 euros. Estarão dispostos a comprar títulos gregos com o valor facial de 1000,00 euros se os seus detentores estiverem dispostos a contentar-se com esse preço.

# Os bancos, elo fraco da cadeia

- Entre 1 de janeiro e 21 de outubro de 2011, as acções da Société générale caíram 52,8%, as do BNP Paribas 33,3%, as do Deutsche Bank 28,8%, as do Barclays 30,5%, as do Crédit Suisse 36,7%.
- As acções do Bank of America perderam 50,8%, as do Citigroup 36,1%, as do Goldman Sachs 39,1%, as do JPMorgan 20,5%, as do Morgan Stanley 37,5%.

Por seu lado, os bancos privados europeus financiam-se de sete maneiras:

- pedem empréstimos numa base diária a outros bancos no mercado interbancário;
- emitem obrigações nos mercados financeiros;
- estão cotados em bolsa, onde recolhem capitais;
- financiam-se através do depósito das economias domésticas (salários mensais e poupanças);
- financiam-se através das empresas não financeiras, que depositam uma parte da sua tesouraria;
- pedem empréstimos em dólares aos *money market funds* dos EUA (que por sua vez se financiam junto da Reserva Federal) ;
- pedem empréstimos aos bancos centrais.

- Ora o mercado interbancário retraiu-se enormemente, porque os bancos passaram a desconfiar uns dos outros, tal é a quantidade de activos tóxicos que possuem;
- o acesso ao mercado de obrigações por parte dos bancos tornou-se mais dispendioso;
- os investidores institucionais desfazem-se das acções dos bancos que sofreram fortes quedas;
- os depósitos de poupança, em período de crise, emagrecem, e, mais grave ainda, se as pessoas perdem confiança num ou mais bancos, podem retirar o dinheiro dos depósitos comerciais, para o pôr em segurança;

- as empresas não financeiras retiram a sua liquidez dos bancos (em setembro 2011, a transnacional alemã Siemens retirou 500 milhões de euros da Société Générale para os depositar no BCE);
- os *money market funds* apertaram fortemente a torneira do crédito a partir de junho 2011.
- De repente os bancos privados passaram a financiar-se essencialmente junto dos bancos centrais.

- Ao mesmo tempo, como não tem confiança entre si, os bancos privados depositam a sua liquidez no BCE: por exemplo, em 9 de Dezembro de 2011, depositaram 300 biliões de euros no BCE ao invés de efectuarem empréstimos entre si, ou manter o dinheiro nas suas contas

# A fase actual da crise

- Contexto internacional
- As economias dos países ditos em desenvolvimento têm uma conjuntura favorável
- Mas não as populações: crise alimentar, crise climática
- Preços elevados dos bens primários e baixas taxas de juro

# Contexto internacional

- A situação dos países em desenvolvimento pode mudar radicalmente
- Um krach bancário ou financeiro **en el NORTE** pode desencadear o rebentamento da bolha dos preços dos bens primários
- A saúde da economia chinesa pode deteriorar-se



- Perspectivas na Europa e nos EUA
- Uma crise que dura 10 a 15 anos

- Em geral, o reembolso da dívida pública é apresentado pelos chefes de Estado e de governo, pelo BCE, o FMI, a Comissão Europeia e a imprensa dominante como inelutável, indiscutível, obrigatório.

# LEMBRETE

- Entre 1946 e 2008, houve 169 suspensões do pagamento da dívida.
- Duração média da suspensão: 3 anos.
- Créditos duvidosos apagados pelos bancos entre 2007 e 2010:  
cerca de 1500 mil milhões de dólares

# A auditoria da dívida, passo obrigatório

- A auditoria cidadã é um instrumento para romper o tabu. Constitui um meio pelo qual uma parte crescente da população procura compreender os meandros do processo de endividamento de um país. Consiste na análise crítica da política de empréstimos seguida pelas autoridades do país.

- Porque é que o Estado contraiu uma dívida que não pára de crescer? Ao serviço de que interesses políticos e de que interesses sociais foi contraída a dívida? Quem tirou proveito? Seria possível ou necessário fazer outras escolhas? Quem são os emprestadores? Quem detém a dívida?

- Os credores impõem condições à concessão de empréstimos? Quais? Qual é a renda dos credores? Como é que o Estado ficou comprometido, por meio de que decisões, tomadas a que título? Que quantidade de juros já foi paga, a que taxa, que parte do capital já foi reembolsada?

- Como é que as dívidas privadas se tornaram «públicas»? Em que condições foram feitos os resgates bancários? Qual a responsabilidade dos bancos nos seus próprios dissabores? Qual o custo dos resgates? Quem tomou a decisão?

- Que pensar da indemnização dos accionistas que são responsáveis pelo desastre gerado pelos administradores que nomearam? Porque não são indagadas as responsabilidades civis, penais e administrativas?



- Qual a parte do orçamento de Estado que servirá para reembolsar a dívida pública (juros e amortização do capital)? Como é que o Estado financia o reembolso da dívida?

- Sabendo-se que todos os governos em funções na UE estão dispostos a cortar na despesa pública e a contrair ou reduzir os rendimentos da maioria da população, por este andar quantos anos serão precisos para reembolsar a dívida?

- Basta ter em mente estas interrogações, para compreender quão rico e prometedor é o campo de acção duma auditoria à dívida pública, que nada tem a ver com a caricatura que a reduz a uma simples verificação de números feita por contabilistas comuns.

# A auditoria cidadã está aberta a todos e a todas

- Para responder a estas questões e a muitas outras que surgirão ao longo do processo de auditoria, não é preciso penetrar nos segredos de Estado ou ter acesso a documentos não públicos do banco central, do ministério das finanças, do FMI, do BCE, da CE, das casas de clearing como Clearstream ou Euroclear.

- É claro que muitos documentos cuidadosamente protegidos pelos governantes e pelos banqueiros deveriam ser postos à disposição do público e seriam muito úteis para esmiuçar a análise feita ao longo da auditoria. É preciso exigir que as autoridades, os banqueiros (e outros especuladores) e as casas de clearing forneçam as informações e a documentação necessárias a uma auditoria exhaustiva.

# A auditoria não é coutada exclusiva dos peritos

- Por outro lado, o exercício da auditoria não é coutada exclusiva dos peritos: os revisores de contas públicas ou privadas, constitucionalistas, especialistas de direito comercial e de direito privado, contabilistas especializados, economistas... Todas estas pessoas são obviamente bem-vindas e podem ajudar muito o trabalho colectivo da auditoria cidadã. Mas qualquer colectivo pode iniciar o trabalho mesmo sem a presença desses peritos.

- É ao dando início ao trabalho e provocando o debate público que se vai fortalecendo os colectivos e atraindo diversos tipos de peritos.

- Os assalariados, os estudantes, os desempregados, os reformados... podem reunir-se, meter-se ao trabalho e realizar um trabalho considerável que permitirá trazer à luz do dia os meandros do processo de endividamento público.



# 1. Realizar uma auditoria da dívida pública a fim de anular a parte ilegítima.

- Uma parte considerável da dívida pública dos Estados da União Europeia é ilegítima por resultar duma política deliberada de governos que decidiram privilegiar sistematicamente uma classe social em detrimento do resto da sociedade.
- A redução de impostos sobre os rendimentos elevados de pessoas físicas, sobre o seu património, sobre os beneficiários das sociedades privadas levaram os poderes públicos a aumentar a dívida pública a fim de colmatar o buraco criado por essa redução.

# Auditoria da dívida

- A tudo isto juntou-se desde 2007-2008 um resgate das instituições financeiras privadas, responsáveis pela crise, que custou muito caro às finanças públicas e fez disparar a dívida pública.

# Auditoria da dívida

- Este quadro geral demonstra claramente a ilegitimidade dum grande parte das dívidas públicas.
- Junta-se a isto, num certo número de países sujeitos à chantagem dos mercados financeiros, outras fontes evidentes de ilegitimidade.

# Auditoria da dívida

- Em países como a Grécia, a Hungria, a Letónia, a Roménia, ou a Irlanda e Portugal, os empréstimos concedidos pelo FMI, BCE, CE foram acompanhados de condições que constituem uma violação dos direitos económicos e sociais das populações.

# Auditoria da dívida

- Assistimos nalguns países a uma marginalização do poder legislativo e dos cidadãos em proveito duma política de facto consumado imposta pelo poder executivo, que subscreve acordos com a Comissão Europeia e o FMI.

# Auditoria da dívida

- No caso de países como a Grécia, Irlanda, Portugal ou países de Leste (e fora da UE países como a Islândia), ou seja países sujeitos à chantagem dos especuladores, do FMI e de outros organismos como a Comissão Europeia, é conveniente recorrer a uma moratória unilateral do reembolso da dívida pública.

# Auditoria da dívida

- A auditoria deve permitir apresentar ao governo e à opinião pública as provas e argumentos necessários à anulação/repúdio da parte da dívida identificada como ilegítima. O direito internacional e o direito interno de cada país oferecem uma base legal para a acção soberana unilateral de anulação/repúdio.

# Auditoria da dívida

- Noutros países, como a França, a Grã-Bretanha ou a Alemanha, não é imperativo decretar uma moratória unilateral durante a realização da auditoria. Esta deve ser levada a cabo com fim, também neste caso, de determinar a amplitude da anulação/repúdio a que será necessário proceder.



# Quem paga a factura da anulação?

- Em todos os casos, é legítimo que as instituições privadas e as pessoas físicas com elevados rendimentos que possuem títulos da dívida suportem o fardo da anulação de dívidas soberanas ilegítimas, já que são largamente responsáveis pela crise, da qual tiraram grande proveito.

# Acção judicial

- Se a auditoria demonstrar a existência de delitos relacionados com o endividamento ilegítimo, os seus autores deverão ser severamente condenados a pagar indemnizações e não devem escapar às penas de prisão aplicáveis em resultado dos seus actos. É preciso pedir contas em sede de justiça às autoridades que geraram empréstimos ilegítimos.

# Quem paga a factura da anulação?

- No que se refere às dívidas que não estão feridas de ilegitimidade, deve-se impor aos credores um esforço em termos de redução do stock e das taxas de juro, assim como um prolongamento dos prazos de reembolso.
- Também neste caso convirá realizar uma discriminação positiva em favor dos pequenos detentores de títulos da dívida, que devem ser reembolsados normalmente.

# Mais uma regra de ouro

- O Acordo de Londres de 1953 sobre a dívida alemã, que consistiu nomeadamente na redução de 62 % do stock da dívida, estipulava que a relação entre o serviço da dívida e os rendimentos das exportações não devia exceder os 5 % das receitas de Estado.

- A realização duma auditoria cidadã da dívida pública combinada com uma suspensão unilateral e soberana do reembolso da dívida pública permite avançar para a anulação/repúdio da parte ilegítima da dívida pública e reduzir fortemente o resto da dívida.

- Adopção da regra de ouro que diz que as despesas públicas que permitem garantir os direitos humanos fundamentais são irredutíveis e têm prioridade sobre as despesas relativas ao reembolso da dívida...

# Medidas complementares à anulação da dívida

- **2. Travar os planos de austeridade, que são injustos e aprofundam a crise.**
- **3. Instaurar uma verdadeira justiça fiscal europeia e uma justa redistribuição da riqueza. Proibir as transacções com os paraísos fiscais. Lutar contra a fraude fiscal massiva das grandes empresas e dos mais ricos.**



**4. Repor ordem nos mercados financeiros, nomeadamente criando um registo da propriedade de títulos, através da proibição de vendas a descoberto e da especulação numa série de domínios.**

**5. Transferir sob controle dos cidadãos os bancos privados para o sector público.**

- 6. Socializar as numerosas empresas e serviços privatizados desde 1980.**
- 7. Reduzir radicalmente os tempos de trabalho para criar emprego, ao mesmo tempo que se aumentam os salários e as reformas.  
Criar um salário mínimo legal a nível europeu.**

## **8. Refundar democraticamente uma outra União Europeia baseada na solidariedade.**

- Diversas disposições dos tratados que regem a UE, a zona euro e o BCE devem ser revogadas.
- Por exemplo, há que suprimir os artigos 63 e 125 do Tratado de Lisboa, que proíbem o controle dos movimentos de capitais e qualquer espécie de ajuda a um Estado em dificuldades.
- É preciso igualmente abandonar o Pacto de Estabilidade e Crescimento + el MES.
- Além disso é preciso substituir os actuais tratados por outros no quadro de um verdadeiro processo constitutivo democrático a fim de construir um pacto de solidariedade entre os povos para o emprego e a ecologia.

- É preciso rever inteiramente a política monetária, assim como o estatuto e as práticas do Banco Central Europeu. A incapacidade do poder político para impor ao BCE a criação de moeda é uma limitação muito grande.

- Para isso, as políticas orçamentais e fiscais devem ser não uniformizadas, porque as economias europeias apresentam grandes disparidades, mas sim coordenadas, para que finalmente emerja uma solução «pela média alta». Devem ser impostas políticas globais à escala europeia, incluindo investimentos públicos maciços para a criação de empregos públicos em domínios essenciais (serviços de proximidade nas energias renováveis, luta contra as mudanças climáticas, etc.).

- Essa outra Europa democratizada deve, na opinião do CADTM, esforçar-se por impor princípios não negociáveis: reforço da justiça fiscal e social, opções visando a elevação do nível e qualidade de vida dos seus habitantes, desarmamento e redução radical das despesas militares (incluindo a retirada das tropas europeias do Afeganistão e da OTAN), opções energéticas duráveis sem recurso à energia nuclear, recusa de organismos geneticamente modificados (OGM). Essa Europa deve também pôr fim, de forma enérgica, à política de fortaleza assediada em relação aos candidatos à imigração, para se tornar um parceiro igualitário e verdadeiramente solidário em relação aos povos do Sul do planeta.

# Iniciativas em curso na Europa, na Tunísia e no Egípto

-



- Obrigado
- Eric Toussaint
- Mais informação: [www.cadtm.org](http://www.cadtm.org)